

A manobra subversiva

O ex-ministro Oscar Dias Corrêa fez escola. Ao deixar o Ministério da Justiça em protesto contra a política econômico-financeira, o antigo ministro do Supremo Tribunal Federal disse que tinha o direito de opinar sobre os negócios da pasta da Fazenda porque os efeitos da hiperinflação acabariam batendo às portas do Ministério da Justiça.

Hoje, passados alguns dias do rompimento de s. exa. com o governo Sarney, sabe-se que "uma imediata correção de rumos administrativos" é condição para que se "assegure a transição democrática a partir de 15 de novembro". O ex-ministro da Justiça havia deixado claro que, depois de bater às portas dos palácios dos governos estaduais e dos quartéis das PMs, as agitações provocadas pela hiperinflação poderiam obrigar o ministro da Justiça a agir. Agora se sabe que se não houver uma pronta reforma dos métodos administrativos vigentes, a transição democrática estará ameaçada depois de 15 de novembro. Assim, na campanha para apagar os srs. Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu do governo, afirma-se que depois do primeiro turno das eleições a ordem pública estará em perigo.

Ontem, em nosso principal editorial, tínhamos o contrário disso: que qualquer desestabilização do governo Sarney, tal qual está atualmente constituído, tivesse o efeito de fermento subversivo. Hoje vemos que as coisas são um pouco piores do que supúnhamos: marca-se data para abalar as instituições se não se afastar, já, os ministros da Fazenda e do Planejamento e não se nomear desde agora um superministro que goze do beneplácito de certos setores do Congresso. *Audaces fortuna juvat*, diziam os latinos...

O presidente José Sarney, melhor do que ninguém, tem acesso a informações que lhe permitem avaliar o montante dos interesses em jogo. Na verdade, bem vistas as coisas, o presidente da República se constituiu, hoje, no empecilho para que a manobra realizada a pretexto da necessidade de conter a hiperinflação (quando ninguém mais fala nela, embora muitos a temam *em decorrência da situação política*) crie as condições para emissões monetárias sem conta a título de financiar obras "desenvolvimentistas". O chefe de governo é o elemento impeditivo porque resiste às pressões para alterar o núcleo dirigente da política econômica, muito embora tenha dado, algumas vezes, sinais de que se sentiria melhor se o combate à inflação fosse feito por políticos e não por economistas. Isso não importa, porém; o essencial é que s. exa. resiste até agora, correndo o risco, nada desprezível para quem tem o temperamento semelhante ao seu, de ver-se diante de um rompimento de parte de forças influentes na opinião pública.

Afastada a psicose da hiperinflação — que se instalou em consequência da postura do Congresso, negando qualquer das mínimas providências reclamadas pelo Executivo, afora o temor de que se repetisse no Brasil o que ocorrera na Argentina —, o importante é cuidar de construir uma política econômica que leve ao objetivo de reduzir a taxa de desvalorização da moeda sem criar aquelas condições que o então ministro Oscar Dias Corrêa disse serem próprias da hiperinflação. Não se deve esquecer que a recessão sem perspectivas políticas de recuperação nacional bate às portas dos órgãos incumbidos da manutenção da ordem pública com a mesma velocidade, senão maior, do que a hi-

perinflação. Ora, essa perspectiva de recuperação só poderá ser dada pela firmeza com que o Executivo resistir às pressões dos interesses particulares desaçaimados, e pela disposição do Congresso em aceitar fazer sua parte, concordando em adotar as providências indispensáveis ao restabelecimento da fé pública nas instituições.

O presidente Sarney deve ter em mente, diante da nova situação que se criou no fim da semana passada, que a demissão dos srs. Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu seria vista pela opinião pública como capitulação a um poder não constitucional, que deixou de ser invisível e passou a agir às claras. Mais do que a opinião pública, o chefe do governo deve temer a reação dos agentes econômicos a mudanças desse tipo. Quando até economistas heterodoxos reconhecem que os agentes econômicos "tinham razão na suposição de que a inflação se encontrava apenas provisoriamente reprimida" durante a vigência dos planos Cruzado, Bresser e Verão, é de temer a reação deles ao ver que o Executivo foi forçado a ceder diante de pressões de grupos do Congresso, da "economia informal", da CUT e de certos meios de comunicação.

A nosso ver, o pouco de credibilidade que o Executivo ainda tem se esfumaria em breve tempo e a lógica da ação econômica acabaria levando a uma reserva de valor sob a forma de ativos reais muito mais intensa do que se vem observando. Ora, esse comportamento — induzido pela conspiração a que nos reportamos ontem — é que criaria as condições para que o processo de transição entrasse em crise. É para esse risco que todos devem atentar, dentro e fora do governo.